

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

SEAS

Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania

Resenha:

ASSUNTO

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO a Conclusão da Ata da Sessão Pública do Pregão Eletrônico elaborada pela Comissão Geral de Licitação - CGL, no Processo Administrativo de nº 2307/11-SEAS, referente ao Pregão Eletrônico nº 1351/11-CGL.

CONSIDERANDO ainda a inexistência de quaisquer recursos pendentes no referido Processo.

RESOLVE:

I - HOMOLOGAR a deliberação da Comissão Geral de Licitação, constante da Ata supra mencionada;

II - ADJUDICAR o objeto deste Pregão Eletrônico de Aquisição, pelo menor preço global, de Kits de Pizzas para Cursos de Produção Alimentícia destinados ao Centro Estadual de Convivência da Família Magdalena Arce Daou - SEAS, à empresa: GAZIL - COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ, sob o nº 07.937.202/0001-03, com o valor global de R\$ 15.600,00 (Quinze mil e seiscentos reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

GABINETE DA SECRETÁRIA EXECUTIVA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA, Manaus, 15 de dezembro de 2011.

Maria das Graças Soares Proia
Secretária Executiva de Estado da
Assistência Social e Cidadania

7120

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO a Conclusão da Ata da Sessão Pública do Pregão Eletrônico elaborada pela Comissão Geral de Licitação - CGL, no Processo Administrativo de nº 1515/11-SEAS, referente ao Pregão Eletrônico nº 1352/11-CGL.

CONSIDERANDO ainda a inexistência de quaisquer recursos pendentes no referido Processo.

RESOLVE:

I - HOMOLOGAR a deliberação da Comissão Geral de Licitação, constante da Ata supra mencionada;

II - ADJUDICAR o objeto deste Pregão Eletrônico, Aquisição, pelo menor preço global, de Kits de Pintado e Maquiagem para Curso de Qualificação de Serviço de Embelezamento e Higiene, destinados ao Centro de Convivência da Família Magdalena Arce Daou - Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania - SEAS, à empresa: A. P. SARUBBI INFORMÁTICA - EPP, inscrita no CNPJ, sob o nº 07.930.873/0001-70, com o valor global de R\$ 61.500,00 (Cinquenta e um mil e quinhentos reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

GABINETE DA SECRETÁRIA EXECUTIVA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA, Manaus, 15 de dezembro de 2011.

Maria das Graças Soares Proia
Secretária Executiva de Estado da
Assistência Social e Cidadania

7121

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO a Conclusão da Ata da Sessão Pública

do Pregão Eletrônico elaborada pela Comissão Geral de Licitação - CGL, no Processo Administrativo de nº 468/11-SEAS, referente ao Pregão Eletrônico nº 676/11-CGL.

CONSIDERANDO ainda a inexistência de quaisquer recursos pendentes no referido Processo.

RESOLVE:

I - HOMOLOGAR a deliberação da Comissão Geral de Licitação, constante da Ata supra mencionada;

II - ADJUDICAR o objeto deste Pregão Eletrônico, Aquisição, pelo menor preço global, de Kits de Treinamento para Cursos de Corte e Costura a serem Promovidos pelo CETAM nos Centros Estaduais de Convivência da Família e Centro Estadual de Convivência do Idoso Aparecida - Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania - SEAS, às empresas: RR COMÉRCIO E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10844.008/0001-54, para o lote: 01, com o valor total de R\$ 24.800,00 (vinte quatro mil e oitocentos reais), para o lote: 02, com o valor total de R\$ 114.000,00 (Cento e quatorze mil reais) e para o lote: 03, com o valor total de R\$ 100.874,50 (Cem mil novecentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos); e A. P. SARUBBI INFORMÁTICA - EPP, inscrita no CNPJ, sob o nº 07.930.873/0001-70, para o lote: 04, com o valor total de R\$ 72.800,00 (Setenta e dois mil e oitocentos reais), e para o lote: 05 com o valor total de R\$ 130.400,00 (Cento e trinta mil e quatrocentos reais). O valor total dos lotes apregoados importa na quantia de R\$ 442.774,50 (Quatrocentos e quarenta e dois mil setecentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

GABINETE DA SECRETÁRIA EXECUTIVA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA, Manaus, 15 de dezembro de 2011.

Maria das Graças Soares Proia
Secretária Executiva de Estado da
Assistência Social e Cidadania

7120

ORGÃO: FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL DOUTOR
HEITOR VIEIRA DOURADO

DATA

16/12/2011

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

A ORDENADORA DE DESPESA DA FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL Dr. HEITOR VIEIRA DOURADO no uso de suas atribuições legais; CONSIDERANDO o teor do Relatório apresentado pela Comissão Geral de Licitação - CGL no Processo nº 2748/2011-FMTAM (28642/2011-CGL), referente ao Pregão Eletrônico nº 1332/2011-CGL; CONSIDERANDO, ainda a inexistência de qualquer recurso pendente no Processo; RESOLVE: I - HOMOLOGAR a decisão da Comissão Geral de Licitação - CGL. II - ADJUDICAR em favor de firma: D. RODRIGUES DE OLIVEIRA-EPP, com valor total de R\$ 176.999,82 (Cento e setenta e oito mil novecentos e noventa e nove reais e oitenta e dois centavos). ORDENADORA DE DESPESA DA FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL Dr. HEITOR VIEIRA DOURADO.

Deu-se em N.º 16/12/2011
Ordenadora de Despesa

7133

ORGÃO: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS

RESOLUÇÃO Nº 009 de 15 de dezembro de 2011

Estabelece procedimentos técnicos para elaboração, apresentação, execução e avaliação técnica de PMFS de Menor Impacto de Exploração e PMFS de Menor Impacto de Exploração nas florestas nativas e formações sucessoras do Estado do Amazonas.

O Conselho Estadual do Meio Ambiente do Estado do Amazonas CEMAAM, no uso de suas atribuições legais, previstas no art. 220 da Constituição Estadual de 1989, e instituído pela Lei nº 2.985 de 18 de outubro de 2005, e tendo em vista o disposto no seu regimento interno; CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar os critérios para elaboração dos Planos de Manejo Florestal Sustentável de Menor e Menor impacto de exploração nas florestas nativas e formações sucessoras;

CONSIDERANDO os dispositivos na Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; Lei Federal nº 11.284, de 02 de março de 2006; Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Decreto Federal nº 5.975, de 30 de novembro de 2006; Decreto Federal nº 99.274, de 6 de junho de 1990; Resolução CONAMA nº 378, de 19 de outubro de 2006; Resolução CONAMA 406 de 2 de fevereiro de 2009; Decreto Estadual nº 10.028, de 04 de fevereiro de 1987; Lei Estadual nº 2.416, de 22 de agosto de 1996;

CONSIDERANDO que o manejo de florestas nativas e formações sucessoras de domínio público e privado, dependerá da emissão, pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, da Licença de Operação com base na análise do Plano de Manejo Florestal Sustentável e do Plano Operacional de Exploração - POE, nos termos do art. 7º da Lei Estadual nº 2.416, de 22 de agosto de 1996;

CONSIDERANDO, finalmente, a Política Estadual do Meio Ambiente que propõe a legalização e disciplina as atividades de manejo dos recursos florestais;

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Estabelecer procedimentos técnicos para elaboração, apresentação, execução e avaliação técnica de PMFS de Menor Impacto de Exploração e PMFS de Menor Impacto de Exploração nas florestas nativas e formações sucessoras no Estado do Amazonas observando o disposto nesta Resolução.

§ 1º Entende-se como PMFS de Menor Impacto de Exploração, aquelas que prevêm a utilização de máquinas para arroteio e transporte de toras.

§ 2º Entende-se como PMFS de Menor Impacto de Exploração, aquelas que não prevêm a utilização de máquinas para arroteio de toras.

Art. 2º Para os PMFS de Menor Impacto de Exploração, a Licença de Operação somente autoriza a exploração florestal sendo vedado o desdoble, processamento e beneficiamento de toras.

Art. 3º Para os PMFS de Menor Impacto de Exploração, a Licença de Operação autoriza a exploração e o desdoble de toras.

Parágrafo único: Fica permitido o beneficiamento de madeira com uso de equipamentos portáteis para o desdoble de toras, limitado aos produtos relacionados no Sistema DOF (Documento de Origem Florestal).

Art. 4º Para os fins desta Resolução, considere-se:

I - Exploração Florestal: Atividade realizada na área do Plano de Manejo composta pelas seguintes ações: corte ou arran de árvores; desgalhamento; traçamento ou toragem; arroteio; carregamento ou descarregamento e transporte;

II - Proprietário: Pessoa física ou jurídica que solicita ao IPAAM a análise e aprovação do PMFS;

III - Detentor: Pessoa física ou jurídica, ou seus sucessores no caso de transferência, em nome da qual é aprovado o PMFS e que se responsabiliza por sua execução, monitoramento e manutenção;

IV - Ciclo de Corte: Período de tempo, em anos, entre sucessivas explorações de produtos florestais madeireiros ou não-madeireiros numa mesma área;

V - Intensidade de Corte: Volume comercial das árvores decubadas para aproveitamento, estimado por meio de algumas volumetrias previstas no plano de manejo e com base nos dados do inventário florestal, expresso em metros cúbicos por unidade de área (m³/ha) de efetiva exploração florestal, calculada para cada unidade de produção florestal;

VI - Área de Manejo Florestal (AMF): Conjunto de Unidades de Manejo Florestal que ocupam o PMFS, contiguas ou não;

VII - Unidade de Manejo Florestal (UMF): Área do imóvel rural a ser utilizada no manejo florestal;

VIII - Unidade de Produção Florestal (UPF): Subdivisão da Área de Manejo, destinada à exploração florestal;

IX - Unidade de Trabalho (UT): Subdivisão operacional da Unidade de Produção Florestal;

X - Área de Eficaz Exploração Florestal (AEEF): Área efetivamente explorada na UPF, excetuando as áreas de preservação permanente (APP), inacessíveis, e outras eventualmente protegidas;

XI - Área de Preservação Permanente (APP): Área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

XII - Reserva Legal: Área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuando-se de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e resiliência dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas;

XIII - Manejo Florestal Sustentável: Administração da floresta para a utilização dos benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo, e considerando-se cumulativa ou alternativamente a utilização de múltiplas espécies madeireiras, de múltiplos produtos e subprodutos não madeireiros bem como a utilização de outros bens e serviços da natureza florestal;

XIV - Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS): Documento técnico que contém as diretrizes e procedimentos para a administração da floresta, visando à obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais;

XV - Plano Operacional de Exploração (POE): Documento técnico que contém o projeto de exploração florestal a ser apresentado ao IPAAM, contendo as informações com a especificação das atividades realizadas na UPF conforme Termo de Referência modelo IPAAM;

XVI - Plano de Suplemento (PS): Documento técnico que a indústria deve apresentar ao órgão ambiental anualmente indicando as fontes de suprimento;

XVII - Relatório Parcial de Atividades: Documento encaminhado ao IPAAM, que apresenta as atividades executadas ou não durante um período de tempo;

XVIII - Relatório pós exploratório: Documento encaminhado ao IPAAM, que apresenta todas as atividades executadas ou não durante a vigência da LO;

XIX - Relatório de Monitoramento: Documento encaminhado ao IPAAM, que apresenta a situação da floresta, marcando a exploração florestal e durante o ciclo de corte;

XX - Visita Técnica: Avaliação de campo para subsidiar a análise, acompanhar e controlar rotineiramente as operações e atividades envolvidas no PMFS/POE;

XXI - Resíduos da Exploração Florestal: Compõem-se por galhos, sapopemas e restos de troncos de árvores caídas, provenientes da exploração florestal, incluídos aqueles provenientes das áreas de infraestrutura, dentro do manejo florestal;

XXII - Regulação da Produção Florestal: Procedimentos que permitem estabelecer um equilíbrio entre a intensidade de exploração e o tempo necessário para o restabelecimento do volume extraído da floresta, de modo a garantir a produção florestal contínua;

XXIII - Câmara Técnica de Floresta: Comissão instituída pelo

Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amazonas composta por profissionais especializados de instituições públicas, privadas e organizações sociais, com a função de emitir parecer de orientação técnica;

XXIV - Produtividade Anual da Floresta Manejada: Estimativa do crescimento anual do volume de madeira da floresta, definida em estudos disponíveis na literatura técnica-científica ou em nota técnica com base em parcelas permanentes na UMF;

XXV - Licença de Operação para Exploração Florestal (LO): Documento que autoriza a realização das atividades previstas no PMFS e POE com prazo de validade de 24 meses;

XXVI - Calendário Florestal: Documento expedido pelo IPAAM, por meio de Portaria;

XXVII - Inventário Florestal Amostral: Levantamento de informações qualitativas e quantitativas sobre determinada floresta utilizando do processo de amostragem;

XXVIII - Inventário Florestal Contínuo: Um sistema de inventário florestal por meio do qual parcelas permanentes são instaladas e periodicamente medidas ao longo do ciclo de corte, para produzir informações sobre o crescimento e a produção da floresta.

CAPÍTULO II - DO PLANO DE MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL

Seção I - Das categorias de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS

Art. 3º Para fins desta Resolução os PMFS serão classificados em: Maior Impacto de Exploração ou Menor Impacto de Exploração, conforme definições no § 1º e § 2º do Art. 1º.

CAPÍTULO III - DO PLANO DE MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL PARA A PRODUÇÃO DE MADEIRA

Seção I - Dos parâmetros de limitação e controle da produção para a promoção da sustentabilidade

Art. 6º A intensidade de corte proposta para o PMFS será definida de forma a propiciar a regulação da produção florestal, visando alcançar os objetivos do manejo florestal sustentável e levará em consideração os seguintes aspectos:

I - O ciclo de corte para os PMFS de Maior Impacto de Exploração é definido em função da intensidade de corte planejada e da produtividade anual da floresta, conforme a seguinte relação: Ciclo de corte (anos) = intensidade de corte (m³/ha) / produtividade (m³/ha/ano);

II - O ciclo de corte será de 10 anos para os PMFS de Menor Impacto de Exploração;

III - A produtividade no ciclo de corte inicialmente estabelecida é de 0,86 m³/ha/ano para os PMFS de Maior Impacto de Exploração e 1,0 m³/ha/ano para os PMFS de Menor Impacto de Exploração;

IV - A intensidade máxima de exploração é de até 25 m³/ha nas UFF, para os PMFS de Maior Impacto de Exploração e de 10 m³/ha nas UFF para os PMFS de Menor Impacto de Exploração;

V - Fica estabelecido número mínimo de cinco UFF, com áreas correspondentes a um quinto (1/5) da área de manejo florestal, não permitindo variações maiores que 10% na divisão das UFF;

VI - A autorização para exploração da UFF subsequente será concedida pelo IPAAM após aprovação do relatório pré-exploratório;

VII - As UFF deverão ser subdivididas em UT com área máxima de efetiva exploração florestal de até 100 ha;

Art. 7º A concessão de uma ou mais UFF poderá ser permitida desde que o PMFS seja vinculado formalmente a uma ou mais indústrias processadoras da matéria-prima;

§ 1º A indústria a qual o PMFS está vinculado deverá comprovar a capacidade de processamento da matéria-prima de plantas a serem vinculadas, conforme projeto aprovado pelo IPAAM;

§ 2º A indústria deverá apresentar o seu Plano de Suprimento contendo as áreas de PMFS de terceiros e a vinculação;

§ 3º Não serão admitidas incorporações de novas áreas de terceiros que não estejam relacionadas no PS apresentado;

Art. 8º A indústria a qual o PMFS será vinculado responderá solidariamente pela exploração florestal, manutenção da floresta manejada e danos ambientais causados, pelo período do ciclo de corte;

Art. 9º Os estudos técnicos definidos no artigo 6º desta Resolução, poderão ser realizados mediante estudos técnicos e/ou publicações científicas autorizados pelo IPAAM no PMFS ou na forma avulsa, que, em caso de avulsa, o submeterá à sua Câmara Técnica de Florestas do CEMAAM;

§ 1º Os estudos técnicos, mencionados no caput, deverão considerar as especificidades locais, o fundamento técnico-científico utilizado na elaboração e apresentar a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica do estudo;

§ 2º O IPAAM analisará as propostas de estudos previstas no caput deste artigo;

Art. 10 O Inventário Florestal Amostral deverá atender às diretrizes definidas pela Câmara Técnica de Florestas do CEMAAM;

Art. 11 O inventário florestal amostral deverá constar todas as árvores do grupo de espécies a serem exploradas, com DAP mínimo de 40 cm, incluindo-se as árvores que se encontram em áreas de preservação permanentes, e o grupo de e as espécies protegidas por legislação específica;

§ 1º A marcação das árvores deverá ser sequencial por UFF, devendo a placa de identificação conter o número das mesmas;

§ 2º A manutenção de pelo menos 10% do número de árvores por espécie, na área de efetiva exploração da UFF, que atendam aos critérios de seleção para corte indicados no PMFS, respeitados o limite mínimo de manutenção de três árvores por espécie por 100 ha (sem hectares) em cada UT;

§ 3º A manutenção de todas as árvores das espécies, cuja abundância de indivíduos com DAP superior ao DMC seja igual ou inferior a três árvores por 100 ha de área de efetiva exploração da UFF em cada UT;

Art. 12 Fica estabelecido o Diâmetro Mínimo de Corte - DMC de 50 cm para todas as espécies para as quais ainda não se estabeleceu o DMC específico;

Parágrafo único. Poderá ser estabelecido um Diâmetro Mínimo de Corte menor que 50 cm, por espécie comercial manejada, mediante estudos que observem as diretrizes técnicas disponíveis, considerando conjuntamente os aspectos seguintes:

I - distribuição diamétrica do número de árvores a partir de 10 cm de Diâmetro à Altura do Peito (DAP), obtida em inventário florestal realizado em cada UFF, com limite de erro de até 10% da média e probabilidade de 95%;

II - as características ecológicas que sejam relevantes para a sua regeneração natural; e

III - o uso a que se destinam;

Art. 13 A supressão de vegetação nas UT será admitida, para a implantação de infraestrutura de exploração florestal, respeitados os seguintes limites percentuais máximos de área:

I - para a construção de estradas, o limite de 1,75% da área das UT, respeitando as espécies protegidas por legislação específica;

II - para a abertura de pátios de estocagem, o limite de 0,75% da área das UT;

III. Na implantação da infraestrutura poderão ser admitidas alterações no planejamento apresentado, desde que não ultrapasse os limites estabelecidos no inciso I e II;

Art. 14 A construção de estradas, pátio de estocagem e outras infraestruturas na propriedade, fora da área de manejo devem estar descritas no PMFS e deverão ser autorizadas no licenciamento ambiental;

Parágrafo único. A autorização de supressão fora da área de manejo não autoriza o transporte e comercialização dos resíduos das decorrentes;

Art. 15 Devem ser preservadas áreas representativas dos ecossistemas, com no mínimo 5% da área da unidade de manejo florestal (UMF), excluindo-se as áreas de preservação permanente;

Art. 16 É obrigatória a adoção de procedimentos que possibilitem o controle da origem da produção por meio do rastreamento da madeira das árvores exploradas, desde a sua localização na floresta até o uso local de desdobramento;

Art. 17 O IPAAM, observando a sazonalidade local, definirá períodos de restrição das atividades de corte, arraste e transporte na floresta no período chuvoso para os PMFS de Maior Impacto de Exploração;

Parágrafo único. Durante o período de restrição somente será permitido o transporte da matéria-prima que esteja estocada em pátio autorizado na propriedade, fora da área do PMFS, desde que informado a volumetria por espécie no relatório parcial a ser apresentado no mês de janeiro.

Seção II - Da Licenciamento Ambiental

Art. 18 O licenciamento ambiental se concluirá com a expedição de Licença Ambiental para Exploração Florestal (LO), com validade compatível com o cronograma de execução das atividades apresentadas no POE, não podendo ser superior a 24 meses;

§ 1º Na apresentação somente do PMFS, será expedida a Licença de Instalação (LI) que autoriza a construção de infraestrutura, devendo ser emitida a LO quando da apresentação e aprovação do POE;

§ 2º No caso de apresentação conjunta do PMFS e do POE será expedida a LO;

§ 3º Vencida a LO, constatada, através de vistoria, a existência de matéria-prima no pátio, informado ao relatório final, poderá ser emitida a autorização que permitirá o transporte do PMFS até a indústria, com validade de 90 dias contados a partir da data de vencimento da LO;

Seção III - Da apresentação

Art. 19 O PMFS e o POE deverão ser apresentados conforme exigências contidas no Termo de Referência, modelo IPAAM nas seguintes formas, cumulativamente:

I - em arquivo digital: todo o conteúdo, incluindo textos, tabelas, planilhas eletrônicas e mapas associados a banco de dados conforme Termo de Referência, modelo IPAAM;

II - em forma impressa: todos os itens citados no inciso anterior, com exceção do corpo das tabelas e planilhas eletrônicas, anexando os dados originais de campo do inventário florestal;

Seção IV - Da análise técnica

Art. 20 A análise técnica do PMFS/POE será efetuada no prazo de até 120 dias contados a partir da protocolização do documento técnico, e concluirá pela:

I - indicação de pendências a serem cumpridas: com dar sequência à análise do PMFS/POE;

II - aprovação do PMFS/POE e emissão da LI ou LO; ou

III - não aprovação (indeferimento) do PMFS/POE;

Parágrafo único. Durante o período de cumprimento de notificação de pendências existentes, o prazo estabelecido no caput deste artigo será interrompido;

Seção V - Das responsabilidades pelo Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS

Art. 21 Após aprovação e assinatura, pelo Presidente do órgão, o Termo de Responsabilidade de Manutenção da Floresta, apresentado conjuntamente com o PMFS/POE deverá ser devidamente arquivado à margem da matrícula do imóvel competente, no registro no cartório de títulos e documentos do município, no caso de posse, para recebimento da LO;

Parágrafo único. O Termo de Responsabilidade de Manutenção da Floresta vincula o uso da floresta ao uso sustentável pelo período do ciclo de corte estabelecido no PMFS e não poderá ser desavogado ou cancelado o registro até o término desse período;

Art. 22 O empreendedor e/ou responsável técnico do PMFS deverá apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica - ART registrada junto ao Conselho Regional competente, dos responsáveis pelos mapas, inventário florestal, pela elaboração, execução (e respectivos relatórios) e monitoramento do PMFS, com a indicação de suas respectivas áreas e projetos;

§ 1º As atividades do PMFS não poderão ser executadas sem a supervisão de um responsável técnico;

§ 2º Para os casos de apresentação de relatórios parciais/finais por técnico que não seja responsável pela execução deverá apresentar a ART vinculada ao responsável técnico;

§ 3º A substituição do(s) responsável(is) técnico(s) e sua(s) respectiva(s) ART deve ser de imediato comunicada, oficialmente ao IPAAM, pelo empreendedor e/ou responsável técnico;

§ 4º O(s) profissional(is) responsável(is) que elabora(m) a matriz da ART, deve(m) protocolar o documento de indicação junto ao IPAAM;

§ 5º Enquanto não finalizar ao IPAAM a respectiva baixa da ART o profissional será considerado responsável técnico pelo PMFS/POE;

Seção VI - Da reformulação e da transferência do Plano de Manejo Florestal Sustentável

Art. 23 A reformulação do PMFS deverá ser submetida à análise técnica e aprovação do IPAAM e poderá decorrer de:

I - inclusão de novas áreas na AMF;

II - alteração na categoria de PMFS;

III - revisão técnica;

Parágrafo único. A inclusão de novas áreas na AMF somente será permitida após a aprovação da documentação referente ao imóvel em

que se localiza a nova área de manejo florestal;

Art. 24 A transferência do PMFS para outro empreendedor dependerá da apresentação do documento comprobatório da transferência registrado em cartório, com reconhecimento de firma das partes envolvidas, incluindo cláusula de transferência de responsabilidade pela execução do PMFS;

Seção VII - Do Plano Operacional de Exploração - POE

Art. 25 O empreendedor do PMFS deverá apresentar como condição para receber a LO, o Plano Operacional de Exploração - POE referente às atividades a serem realizadas;

§ 1º O formato do POE dos PMFS de Menor e Maior Impacto de Exploração será definido de acordo com o Termo de Referência modelo IPAAM;

§ 2º A emissão da LO será condicionada à aprovação do POE;

§ 3º A partir do segundo do POE o detentor deverá apresentar a equação volumétrica desenvolvida para a área de manejo;

Art. 26 A LO será emitida considerando o PMFS e o respectivo POE, contendo os seguintes itens:

I - lista das espécies autorizadas para corte (nome comum e científico), número das árvores, número de árvores por espécie e total, volume por espécie e total;

II - nome e CPF ou CNPJ do detentor do PMFS;

III - nome e registro em vista no Conselho Regional competente do(s) responsável(is) técnico(s) pelo projeto;

IV - número do processo relativo ao PMFS;

V - endereço completo do detentor;

VI - coordenadas geográficas do imóvel e da UFF que permitam identificar sua localização;

VII - seu número, ano, data de emissão e validade;

VIII - área total da(s) propriedade(s);

IX - área do PMFS, UFF, AEEF;

X - volume de resíduos da exploração florestal autorizado para aproveitamento, quando for o caso;

Seção VIII - Dos Relatórios de Atividades da UFF

Art. 27 Os Relatórios Parciais de Atividades deverão ser apresentados nos meses de julho, outubro e janeiro, pelo responsável técnico, conforme Termo de Referência, modelo IPAAM;

Art. 28 O Relatório Final das Atividades deverá ser apresentado no prazo de 60 dias após o vencimento da LO, conforme Termo de Referência modelo IPAAM;

§ 1º A não apresentação, pelo detentor, do Relatório Final de Atividades e dos relatórios parciais, ou a ausência de esclarecimentos, no prazo previsto, implicará no bloqueio no sistema DOF;

Art. 29 O relatório de monitoramento do PMFS deverá ser apresentado a cada 5 anos após a exploração da primeira UFF com a respectiva ART;

Art. 30 A paralisação temporária da execução do PMFS não exonera o empreendedor da responsabilidade pela manutenção da floresta e da apresentação dos Relatórios de Atividades e de Monitoramento com a respectiva ART;

Seção IX - Da vistoria técnica do Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS

Art. 31 As vistorias técnicas dos PMFS serão realizadas por profissionais habilitados no quadro técnico do IPAAM;

§ 1º Os PMFS serão vistoriados em intervalos não superiores a dois anos;

§ 2º O IPAAM poderá optar pela não realização da vistoria prévia para primeira UFF, para PMFS, exceto para aqueles enquadrados no Art. 7º;

§ 3º Para os casos previstos no artigo 7º, será obrigatória a realização de vistoria técnica para expedição da LO;

§ 4º As vistorias deverão ser acompanhadas pelo responsável técnico da execução do PMFS;

Seção X - Da aproveitamento florestal para fins energéticos e outros usos

Art. 32 Será permitido o aproveitamento de resíduos das árvores exploradas e daquelas derrubadas em função da exploração florestal e de infraestrutura, para energéticos e outros usos;

§ 1º Os estudos e procedimentos a serem adotados para a exploração e manejo dos resíduos deverão ser descritos no PMFS, assim como o uso a que se destinam;

§ 2º No primeiro ano, a autorização para aproveitamento de resíduos deverá ser solicitada junto ao IPAAM, considerando a relação máxima de 1 resíduo (kg) de resíduo para cada 1 metro cúbico (m³) de tora autorizada;

§ 3º O volume de resíduos aproveitados que será autorizado não será computado na intensidade de exploração prevista no PMFS e no POE para a produção de madeira;

CAPÍTULO IV - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 33 O detentor e o responsável técnico do PMFS se sujeitam às sanções administrativas previstas na Legislação Ambiental vigente;

Art. 34 Nos casos de advertência, o IPAAM estabelecerá medidas corretivas e prazos para suas execuções, sem determinar a interrupção na execução do PMFS;

Art. 35 A suspensão interrompe a execução do PMFS, incluindo a exploração de recursos florestais e o transporte de produto florestal, até o cumprimento de condicionantes estabelecidas no ato de suspensão;

§ 1º Fluido o prazo da suspensão, sem o devido cumprimento das condicionantes ou a apresentação de justificativa no prazo estabelecido, deverá ser iniciada os procedimentos para o cancelamento do PMFS;

§ 2º A suspensão não dispensa o detentor sancionado do cumprimento das obrigações pertinentes à conservação da floresta;

Art. 36 O cancelamento do PMFS impede a execução de qualquer atividade de exploração florestal e não exonera seu detentor da execução das atividades de manutenção da floresta, permanecendo o Termo de Responsabilidade de Manutenção da Floresta válido até o prazo final da vigência estabelecida no PMFS;

Art. 37 A suspensão e o cancelamento do PMFS terão efeito a partir da ciência do empreendedor do correspondente processo administrativo;

Art. 38 Na suspensão e no cancelamento do PMFS o IPAAM deverá determinar, isoladas ou cumulativamente, as seguintes medidas:

I - a recuperação da área irregularmente explorada por meio de Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD ou outro instrumento cabível aprovado pelo IPAAM, com sua respectiva ART de elaboração e execução;

II - a reposição florestal correspondente à matéria-prima extraída irregularmente, na forma da legislação pertinente;

III - o bloqueio do sistema DOF ou equivalente;

Parágrafo único. O empreendedor do PMFS casado somente poderá apresentar novo PMFS e novo POE depois de encerrado um ano da data de publicação da decisão que aplicar a sanção e o cumprimento das obrigações determinadas nos termos dos artigos I a III do caput deste artigo.

Art. 39 Verificadas irregularidades na execução do PMFS, o IPAAM aplicará as sanções previstas nesta Resolução e, quando couber:

I - oficiar ao Ministério Público Estadual e Federal e Polícia Federal;

II - efetuar a suspensão do registro do PMFS no IPAAM;

III - representar ao Conselho Regional competente, para a apuração das responsabilidades técnicas dos profissionais envolvidos nas atividades de elaboração e execução e monitoramento do PMFS.

Art. 40 O IPAAM, se necessário e ao seu exclusivo critério, poderá realizar fiscalização a qualquer tempo no PMFS e verificadas irregularidades tomará as providências para as medidas legais cabíveis.

Art. 41 O IPAAM deverá denunciar quando esgotados os recursos administrativos ao Ministério Público Federal, Estadual e Polícia Federal os responsáveis pelos estudos técnicos elaborados e apresentados, que sejam parcial ou totalmente falsos ou enganosos, inclusive por omissão.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42 Os Termos de Referência mencionados nesta Resolução, bem como as alterações posteriores que forem necessárias serão submetidos previamente à Câmara de Florestas do CEMAAM para análise e validação.

Art. 43 A taxa de licenciamento será calculada considerando a Legislação Estadual vigente.

Art. 44 Os PMFS com área de manejo florestal superior 30.000 hectares deverão estabelecer um sistema de inventário florestal contínuo.

§ 1º As informações coletadas no inventário florestal contínuo serão entregues ao IPAAM.

Art. 45 Os PMFS em fase de elaboração poderão ser arquivados, com o uso da Instrução Normativa - SIDS Nº. 003 de 26 de fevereiro de 2008 para fins de protocolo no IPAAM até o prazo máximo de 90 dias, após a publicação desta Resolução.

Art. 46 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e se aplica aos novos PMFS e aos novos POE dos PMFS em vigor.

Núbia Cristina D'Ávila Ferreira
Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Amazonas

7127

ÓRGÃO: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SIDS.

Espécie: Termo de Contrato n.º 027/2009; Proc. n.º 1532/2011; Data: 25/11/2011; Partes: O Estado do Amazonas por intermédio da SIDS e a empresa TELEMAR NORTE LESTE LTDA; Objeto: prorrogar por igual período o valor a vigência do contrato referente à prestação de serviço de prestação de serviços especializados em telefonia fixa comutado (STPC) item 1 na modalidade local com fornecimento de troncos digitais, 30 canais e serviço DDR (discagem direta de ramal) e no item 2 - modalidade de longa distância nacional e internacional, chamadas de Vo2 e Vo3 originadas pelos acessos fixos; Dotação e Empenho: As despesas com a execução do presente contrato correrão, no presente exercício, Unidade Orçamentária: 30101; Programa de Trabalho: 18.122.0001.2001.0001; Fonte de Recurso: 0100; Natureza da Despesa: 33903993; sendo emitida em 25.11.2011 a Nota de Empenho 2011NE01168, no valor de R\$ 12.562,78 (doze mil quinhentos e sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos), restando o valor de R\$ 138.190,52 (cento e trinta e oito mil cento e noventa reais e cinquenta e dois centavos) a ser empenhado no exercício 2012.

Manaus, 16 de dezembro de 2011.
Responsável pelo extrato: Nura J. S. Estevam

Ruth Lillian Rodrigues da Silva
Secretária Executiva de Gestão - SIDS

7128

ÓRGÃO: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SIDS.

Espécie: Termo de Contrato n.º 005/2011; Proc. n.º 221/2011; Data da assinatura: 05/12/2011; Partes: O Estado do Amazonas por intermédio da SIDS e a empresa J.M.T SERVIÇOS LTDA; Objeto: contratação, pelo menor preço global, de pessoa jurídica especializada em manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar condicionado, incluindo o fornecimento de peças, compressores, filtros, gás refrigerante, instalação e desinstalação dos equipamentos para atender às necessidades da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Vigência: 12 meses, contados da assinatura; Dotação e Empenho: As despesas com a execução do presente contrato correrão, no presente exercício, Unidade Orçamentária: 30101; Programa de Trabalho: 18.122.0001.2001.0001; Fonte de Recurso: 0100; Natureza da Despesa: 33903917; sendo emitida em 24.11.2011 a Nota de Empenho 2011NE01147, no valor de R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais), restando o valor de R\$ 31.900,00 (trinta e um mil e novecentos reais) a ser empenhado no exercício de 2012.

Manaus, 15 de dezembro de 2011.

Responsável pelo extrato: Genilson Gomes Alves

Ruth Lillian Rodrigues da Silva
Secretária Executiva de Gestão - SIDS

7126

ÓRGÃO: COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÃO-CGL

Resenha: 225/11 - CGL DATA: 16/12/2011

A Comissão Geral de Licitação - CGL torna público, para conhecimento dos interessados, o seguinte:

Aviso de Licitação

1)TP n.º 004/2012-CGL: Contratação de Serviços de Auditoria Físico-Financeiro Independente para o acompanhamento e verificação do cumprimento das obrigações inerentes ao contrato de financiamento firmado pelo Governo do Estado do Amazonas com o BNDES, para Construção de Arena Amazônia, em Manaus (AM) - Secretaria de Estado de Infra-Estrutura - SEINFRA.

Data da Realização: 17/01/2012 às 08:30 horas de Manaus / AM.

Valor do Edital: R\$ 300,00.

O Edital e seus respectivos anexos podem ser examinados e adquiridos no DGC/CGL, Av. Djalma Batista, 348, 1º andar, Chapada, Manaus/AM, telefone: (92) 3214-5822, mediante pagamento do valor correspondente, acrescido da taxa de expediente (R\$ 2,50), através de DAR (Documento de Arrecadação) - código do tributo: 4441 - Venda de Editais/Secretarias, em uma das Agências da Rede Bancária credenciada pela SEFAZ.

Aviso de Licitação

Endereço eletrônico: O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública on line pela INTERNET, através do portal de Compras e Licitações do Amazonas - e-compras.AM, com endereço eletrônico "https://www.e-compras.am.gov.br".

1)PE n.º 1498/2011-CGL:Contratação de Serviços de Organização de Eventos e Correlatos para Execução das Atividades do Projeto de Trabalho Técnico Social "Programa Pró-Moradia" - SUHAB.

2)PE n.º 1487/2011-CGL:Aquisição de Equipamentos e Materiais (Chaves, Pícarotas, Provetas, Viscosímetro, Aparelho Vaso, Aparelhos de Medição e Outros) para Reaparelhamento do Laboratório de Engenharia da SEINFRA.

3)PE n.º 1498/2011-CGL:Contratação de Material de Mergulho (Sistemas de Controle de Ar) para o CBMAM / SSP.

4)PE n.º 1498/2011-CGL:Aquisição de Nitrogênio Líquido para a FUAM.

5)PE n.º 1500/2011-CGL:Aquisição de Mobiliários em Geral para a Casa Civil.

6)PE n.º 1501/2011-CGL: Aquisição de Materiais Elétricos (Disjuntores, Resistores, Abraçadeiras e Outros) para FVS.

-Limite para Recebimento das Propostas das licitações acima relacionadas: dia 29 de dezembro de 2011 às 10:00 horas. Início da sessão: dia 29 de dezembro de 2011 às 10:30 horas.

-Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes no edital.

Reabertura de Prazo

Endereço eletrônico: Portal de Compras e Licitações do Amazonas - e-compras.AM, "https://www.e-compras.am.gov.br".

1)PE n.º 1172/2011-CGL:Contratação de Serviços de Lavanderia Hospitalar para o HPS Dr. João Lúcio Pereira Machado.

-Limite para Recebimento das Propostas: dia 29 de dezembro de 2011 às 10:00 horas. Início da sessão: dia 29 de dezembro de 2011 às 10:30 horas.

-Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes no edital.

-Observação: Os Interessados que inscreveram suas propostas deverão reinscrever-las no sistema.

Marcação de Nova Data

1)CC n.º 047/2011-CGL:Contratação de Obras de Contenção de Encostas em Áreas de Riscos, nos Belizos: Grande Vitória (Ruas Londres), Nova Vitória (Rua Salvador) e Mauzinho (Rua São José), no Município de Manaus/AM - SEINFRA.

Data da Realização: 20/12/2011 às 08:30 horas de Manaus / AM.

Valor do Edital: R\$ 300,00.

Obe: Os licitantes que adquiriram o edital deverão encaminhar-se ao DGC para retirar o ofício circular.

O Edital, alterações e seus respectivos anexos, quando for o caso, podem ser examinados e adquiridos no DGC/CGL, localizado na Av. Djalma Batista, 348, 1º andar, Bairro Chapada, Manaus/AM, telefone: (92) 3214-5822, mediante pagamento do valor correspondente, acrescido da taxa de expediente (R\$ 2,50), através de DAR (Documento de Arrecadação) - código do tributo: 4441 - Venda de Editais/Secretarias, em uma das Agências da Rede Bancária credenciada pela SEFAZ.

Marcação de Nova Data

Endereço eletrônico: Portal de Compras e Licitações do Amazonas - e-compras.AM, "https://www.e-compras.am.gov.br".

1)PE n.º 1300/2011-CGL:Contratação de Serviço de Seguro de Automóveis para a UEA.

-Limite para Recebimento das Propostas: dia 22 de

dezembro de 2011 às 10:00 horas. Início da sessão: dia 22 de dezembro de 2011 às 10:30 horas.

-Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes no edital.

-Observação: Os interessados que inscreveram suas propostas deverão reinscrever-las no sistema.

Revogação

Revogado o PE n.º 1184/2011-CGL.

Epitácio de Aencar e Silva Neto
Presidente da CGL

7125

ÓRGÃO: JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INSCRIÇÕES - JARUD/REANAM
RESOLUÇÃO DA PORTARIA Nº 047/2011 - JARUDAM, de 16/12/2011

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A PRESIDENTE DA JARI DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de atribuições legais, e de conformidade com os dispositivos legais emanados da Lei nº 876, de 04 de julho de 1969, artigo 2º, Decreto nº 1995, de 07 de dezembro de 1975, do artigo 4º, 2º, Lei nº 8.203 de 23 de setembro de 1993, artigo 11, 1º, Resolução nº XXI, de 10 de março de 2007, item III, do CONTRAN, notifica os senhores proprietários dos veículos, abaixo relacionados, que apresentaram recurso junto à JARI/AM, que em resultado registrado no dia 07 de dezembro de 2011, foram julgados 06 processos, os quais obtiveram os resultados abaixo relacionados. Em caso de adimplimento do recurso, cabe interposição de defesa junto a 2ª Instância Recursal CETRAN - Conselho Estadual de Trânsito.

REF. Nº	REQUERENTE	PLACA/REMANH	ABTDO.	RESULT
0001/11	Artido José de Castro	JAR-012	AI0010044	Incompetência
0002/11	João Américo Costa Filho	JAR-003	AI0021519	Incompetência
0003/11	Mário de Róssio dos Santos Souza	JAR-015	AI0022649	Incompetência
0004/11	Mário de Róssio dos Santos Souza	JAR-015	AI0023046	Incompetência
0005/11	Mário de Róssio dos Santos Souza	JAR-015	AI0023046	Incompetência
0006/11	Roberto da Silva Moraes	N000-010	AI0022788	Deferido
0007/11	Roberto da Silva Moraes	N000-010	AI0022788	Deferido
0008/11	Roberto da Silva Moraes	N000-010	AI0022788	Deferido
0009/11	Roberto da Silva Moraes	N000-010	AI0022788	Deferido
0010/11	Roberto da Silva Moraes	N000-010	AI0022788	Deferido
0011/11	Roberto da Silva Moraes	N000-010	AI0022788	Deferido
0012/11	Roberto da Silva Moraes	N000-010	AI0022788	Deferido
0013/11	Roberto da Silva Moraes	N000-010	AI0022788	Deferido
0014/11	Roberto da Silva Moraes	N000-010	AI0022788	Deferido
0015/11	Roberto da Silva Moraes	N000-010	AI0022788	Deferido
0016/11	Roberto da Silva Moraes	N000-010	AI0022788	Deferido
0017/11	Roberto da Silva Moraes	N000-010	AI0022788	Deferido
0018/11	Roberto da Silva Moraes	N000-010	AI0022788	Deferido
0019/11	Roberto da Silva Moraes	N000-010	AI0022788	Deferido
0020/11	Roberto da Silva Moraes	N000-010	AI0022788	Deferido

Epitácio de Aencar e Silva Neto
Presidente da JARI do Estado do Amazonas

7124

ÓRGÃO: FUNDAÇÃO DE MEDICINA HOSPITALAR-FMT-HMD DATA: 09/12/2011

EXTRATO DE CONVÊNIO N.º 006/2011

Participes: Caritas Arquidiocesana de Manaus e Fundação de Medicina Hospitalar - FMT-HMD. Objeto: Auxiliar com suporte alimentar as pessoas vivendo com HIV/AIDS e ampliar ações de prevenção das DST/AIDS. Dotação Orçamentária: 17304 - FMT-HMD; Programa de Trabalho: 10.302.3083.2429.0001; Natureza da Despesa: 33504199; Fonte: 435; Nota de Empenho: 1085 no valor de R\$ R\$ 43.048,00 (quarenta e três mil e quarenta e seis reais) Fundamento do Ato: Processo Administrativo n.º 02462/2011-FMT-HMD. Data de Assinatura: 30/11/2011. Vigência: Este Convênio vigorará a partir da data da sua assinatura pelo período de 12 (doze) meses.

Manaus, 09/12/2011

Maria das Graças Costa Alacrin
Diretor Presidente FMT-HMD

7121

ÓRGÃO: FUNDAÇÃO HEMODAM

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo n.º 279/2011-HEMOCAM (n.º 17188/2011-CGL). Ref. ao Pregão Eletrônico n.º 756/2011-CGL. Homologação da Decisão da Comissão Geral de Licitação II-Adjudicação da empresa para aquisição de pelo menor preço por item, de Equipamentos Laboratoriais destinados a atender às necessidades desta Fundação: 1 - CGL - COM. EXP. IMP. MAT. MED. LTDA. No valor de R\$ 28.000,00.

Manaus, 15 de dezembro de 2011.

NELSON FRANK - Diretor-Presidente

MÁRIO JORGE DE PAULA FILHO - Consultor Jurídico

7137